

DOCUMENTAÇÃO

Marrocos abre-se a reformas democráticas

Que se passou com a onda de rebeliões nos países árabes desde que caíram as ditaduras da Tunísia e do Egipto? Nesta altura deparamo-nos com um panorama muito diferente do de há algumas semanas antes, quando tudo parecia indicar um efeito dominó fulminante.

Por um lado, a insurreição contra o regime líbio começou a perder terreno e hoje estaria quase vencida se a aviação da NATO não tivesse detido a ofensiva das forças leais a Muammar Kadhafi. Por outro lado, a resistência do emir do Bahrein a deixar o poder conta já com a ajuda militar da Arábia Saudita, enquanto no Iemen se passa algo de parecido sem que o regime de Abdullah Saleh se sinta demasiado pressionado para pedir apoio militar ao seu poderoso vizinho do Norte.

Por outras palavras, enquanto os tunisinos e egípcios esperam para ver em que vão consistir as reformas constitucionais, levadas à prática pelos herdeiros dos antigos regimes, todo o processo de mudanças, com excepção de Marrocos, parece suspenso à espera de ver o resultado da rebelião líbia, onde Kadhafi optou pela resposta a que nem Ben Ali nem Mubarak se atreveram: banho de sangue contra a sedição dos seus dissidentes. Embora também seja verdade que a Liga Árabe, depois de longas dúvidas, decidiu considerar “ilegítimo” o regime de Kadhafi e, inclusivamente, teve a “coragem” de apoiar – com a oposição significativa da Síria e da Argélia – uma zona de exclusão aérea na Líbia. Mas nenhum país árabe moveu um dedo para prestar apoio aos rebeldes líbios, como se todos estivessem à espera de que o presumível esmagamento da sublevação viesse a servir de aviso aos seus próprios revoltosos. E, agora, a intervenção estrangeira contra Kadhafi envia um aviso bem diferente.

Os jovens pedem mudanças

Em todo o caso, os acontecimentos da Tunísia e do Egipto, mesmo se nestes países acabar por se impor um sistema democrático “à turca”, isto é, sob a vigilância do exército, mas sem quaisquer compromissos com a laicidade, serviram já para que alguns dirigentes árabes tenham entendido a mensagem

dos jovens que se lançaram à rua procurando liberdade. Marrocos foi o caso mais paradigmático, uma monarquia que sempre se considerou como o posto avançado das liberdades no mundo árabe, assente num “pacto” entre o trono e o povo: a defesa pelo rei da religião e da cultura islâmicas, objecto de acordo desde a abertura ao mundo ocidental, em troca da submissão – a chamada *be'ia* – ao monarca.

Recordemos que os jovens que se lançaram nas ruas das principais cidades de Marrocos, no passado mês de Fevereiro, reclamaram algo tão insólito como a separação de poderes a título de garantia de uma reforma das instituições políticas e sociais. De facto, esta separação existia nas repúblicas devoradas pelas revoltas, na medida em que os governantes desses países não exerciam a autoridade religiosa, assumida pelos conselhos de ulemas ou doutores da lei os quais, por seu turno, estiveram submetidos ao poder.

Em Marrocos, apesar de o rei exercer um papel primordial como “Príncipe dos Crentes” e guia espiritual do seu povo, também existem movimentos “islamistas”, considerando-se este termo como uma corrente político-religiosa que aspira a um maior rigor na aplicação da sharia e a uma recusa radical das “inovações” com origem nos países “ímpios”, isto é, ocidentais.

Tenha-se em conta a este propósito que o Islão não admite uma autoridade única com capacidade para interpretar o Corão e adaptá-lo às circunstâncias históricas. No mesmo Marrocos, apesar de a dinastia alauita basear a sua autoridade religiosa no facto de descender do profeta Maomé, o próprio rei conta sempre com o apoio formal dos ulemas de cada vez que introduz qualquer reforma social ou política. Na realidade, todo o debate que sacode os islamistas das mais diversas tendências, desde o salafismo ao jihadismo, baseia-se na aplicação todos os partidos e instituições sociais “sem nenhuma excepção”, de acordo com as instruções do monarca. Que, possivelmente, pediu aos seus membros para fazerem gala de “engenho e criatividade”...

A seu modo, Mohammed VI veio dizer que o Islão é plenamente compatível com a democracia. Mas, que democracia? Até agora, para um Estado islâmico, o máximo de liberdade possível consistia numa aparência de eleições controladas pelo poder, enquanto que no quadro religioso o tecto se situava na liberdade de culto (em Marrocos há numerosas igrejas católicas, herdadas da época colonial,

embora muitas delas estejam fechadas por falta de sacerdotes e de fiéis). E, embora desta vez Mohammed VI tenha expressado a sua vontade de assumir a defesa dos direitos humanos no quadro dos tratados internacionais, a verdade é que, somente no dia em que o Islão não tiver medo da liberdade religiosa, se poderá falar com propriedade de democracia. Não obstante, o passo dado por Marrocos constitui já uma evolução saudável...

Em todo o caso, é evidente que o mero estabelecimento de sistemas democráticos formais nos países árabes, será já uma mudança fundamental na cultura deste mundo tão próximo da Europa... e tão afastado em costumes, embora de lá possam surgir, a partir de agora, duas correntes opostas: a que utilize a democracia para aprofundar os direitos humanos e o respeito pelas minorias, e a que se aproveite dela para percorrer o caminho contrário, a reislamização da sociedade a partir de uma aplicação literal da lei islâmica.

Em ambos os casos, as sociedades emergentes estarão no seu direito de viverem de acordo com estruturas próprias que nunca poderão ser impostas de acordo com o "modelo" ocidental. Daí, o mundo ocidental dever também rever o comportamento seguido até agora perante este novo mundo que emerge da fome, do sangue... e da submissão. Isto sem entrar numa análise do que se vai passar na Líbia, o novo vespeiro que a Europa vai ter nas suas costas e que pode marcar comportamentos futuros

M.C.

Papel do Islão nas sociedades árabes emergentes

Que função desempenhará o Islão nas novas sociedades emergentes nos países árabes, após as revoltas iniciadas no passado mês de Janeiro na Tunísia e no Egito? Até que ponto os partidos islamistas aceitarão as reformas democráticas em curso? Em resumo, regressa o velho dilema: será compatível o Islão com a democracia? Estas e outras perguntas vão-se fazendo – sem respostas claras, de momento. Os observadores do mundo árabe e os seus próprios habitantes, são objecto de contínuos debates nos meios de comunicação franceses que, por acaso, são os que com mais atenção e interesse acompanham o decorrer dos acontecimentos a seguir às revoltas no Norte de África e no Médio Oriente.

O diário parisiense *Le Monde* citou dois dos "pesos pesados" mais polémicos do momento e que representam as tendências liberal e religiosa que dividem o pensamento islâmico: o intelectual tunisino Abdeluahab Meddeb e o controverso professor de pensamento islâmico residente na Suíça, Tariq Ramadan. Recordemos, antes de entrar na matéria da apaixonante discussão mantida perante o moderador Nicolás Truong, que Meddeb é autor de um ensaio muito crítico sobre o integrista islâmico, "O integrista, doença do Islão", e de um livro sobre a "Primavera da Tunísia".

Por seu turno, o professor Ramadan, neto do fundador da confraria egípcia dos Irmãos Muçulmanos, é acusado de manter uma perigosa ambiguidade doutrinal: por um lado, defensor de um Islão "modernizado" na Europa e, por outro, de um regresso ao Estado islâmico quando fala perante o seu público muçulmano. Em todo o caso, ambos rejeitam com igual vigor a corrente islamó-foba que se instalou em grande parte da sociedade ocidental, que procura converter o Islão em bode expiatório das suas insuficiências.

Serão islâmicas as revoltas?

Feitas estas observações, vamos ver aqui, numa breve síntese, o que foi respondido às perguntas comprometidas do moderador do debate:

À pergunta de se poderem, ou não, qualificar de pós-islâmicas as revoltas árabes, Tariq Ramadan admite que, embora tais movimentos – tão surpreendentes e inesperados – não tenham surgido a reclamar-se do Islão, não se opõem, contudo, aos seus valores religiosos e culturais: as revoltas não são islamistas, mas são islâmicas, pois a referencial religiosa não desapareceu das mobilizações. Já Abdeluahab Meddeb considera que as revoltas vão para lá do Islão e não têm nada a ver com a identidade religiosa ou cultural: as pessoas ergueram-se contra uma situação onde não era respeitada a menor liberdade individual. Não foram portanto os muçulmanos que protestaram, mas os oprimidos. A sua única referência foi o direito à liberdade, à dignidade e à justiça que todo o ser humano reivindica, aspecto que excede a dicotomia Oriente-Occidente.

Numa opinião de sentido contrário, Tariq Ramadan estima que a divulgação dos valores da democracia tão presente nas re-voltas, não contradiz os princípios culturais e religiosos do Islão. A referência é a Turquia, não o Irão; inclusivamente uma parte dos partidos islamistas reclamam já um Estado civil... Perante estas afirmações, Meddeb conclui: o que aconteceu, veio precipitar a evolução de todas as tendências. Saiu-se da fatalidade que opunha a ditadura ao islamismo e, conseqüentemente, o islamismo poderia evoluir para uma "democracia islâmica" imitando a "democracia cristã".

A sharia nas novas Constituições árabes?

Então, que valores fundamentais vão ter primazia nas novas Constituições em elaboração? A esta pergunta, Tariq Ramadan precisa que os novos modelos árabes não se vão decidir no Ocidente, mas serão produto da história, da cultura e da psicologia colectiva islâmica. Isso implica, na sua opinião, cinco princípios: Estado de Direito, cidadania igualitária, sufrágio universal, responsabilidade política dos governantes e separação de poderes.

Ou seja, os valores universais... enriquecidos pelo factor religioso como uma questão ética. Mais ainda: Ramadan arrisca-se a afirmar que não existe no Islão nada que se oponha à distinção entre o poder religioso e o poder civil

democrático e secularizado; aquilo que acontece é que o laicismo no mundo árabe está associado às ditaduras (Saddam Hussein, Bashar al-Assad, Ben Ali, Mubarak...), assim como à colonização ocidental.

Não defende a mesma coisa Meddeb, como era de esperar: para o ensaísta tunisino, terá de haver muita acrobacia para conciliar o Estado civil com o direito divino definido pela sharia e com a integração do Islão como religião do Estado, tal como recomendava Hasan Al Banna, o antecessor de Ramadan. Ao citar a sharia, Ramadan recorda o frustrado debate sobre a inclusão do cristianismo na Constituição europeia, recusado em nome da laicidade e defende que a sharia ocupe o seu lugar nas novas Constituições como "orientação ética", embora se deva definir com precisão o que este nome significa e evoca.

Uma releitura do Corão

Mas porquê arriscar-se a introduzir a sharia como norma constitucional, pergunta o moderador. E Ramadan, depois de insistir em que nada se opõe no Islão à separação de poderes – é uma opinião, claro está –, explica o debate aberto no mundo islâmico: enquanto alguns gostariam de aproveitar as revoltas para impor uma teocracia literal, outros gostariam de seguir as pegadas do Ocidente, o que torna necessário um debate crítico que permita a emergência de sociedades livres e reconciliadas consigo mesmas.

Meddeb, por seu turno, é defensor da suspensão de qualquer referência à sharia em troca de instituições racionais que organizem a convivência dos cidadãos. E recorda: "A sharia significa em árabe a via, o caminho e o que importa é descobrir a saída. Introduzi-la novamente nas instituições constituiria um recuo", algo a que Meddeb não está disposto e que anuncia ir combater. Ramadan, não obstante, insiste na referência ética do termo que tanto assusta, mas com o cuidado de que não sirva de base a uma teocracia islâmica. Ao que Meddeb replica insistindo ser necessário "desconstruir" a sharia como um sinal de identidade contrário à liberdade. E neste sentido adverte contra a tentativa de Ramadan para "reinventar" ex novo (daqui para a frente) a democracia... impondo a sharia. E conclui: "O Iluminismo não pertence ao Ocidente, mas a toda a humanidade".

O debate não termina aí. Para Ramadan há que reivindicar a terminologia islâmica própria, como sugeria no século XIV o sábio andaluz Shatibi, uma alusão que Meddeb "volta ao contrário" na medida em que o citado pensador se inspirou no Direito romano. Daí insistir: a grandeza do Islão foi forjada por ter acolhido o pensamento grego, o romano, o persa, o indiano, o chinês, etc. E insiste em algo que se costuma esquecer: para impor a dimnitud, isto é, a imposição de "protecção" aos cristãos reconhecidos como inferiores, o legislador islâmico recorreu aos versículos 42-50 do capítulo V do Corão, enquanto no capítulo XI, versículo 118, se diz que se Deus o tivesse querido, teria feito de todos os homens uma única

comunidade, vindo assim o texto sagrado a reconhecer o respeito pela diversidade.

O mesmo é dizer que o Corão – o qual apresenta muitos exemplos contraditórios - pode ser lido de outro modo se se quiser respeitar o seu espírito de convivência entre as crenças, o que, podemos acrescentar, seria uma proposta absolutamente revolucionária no mundo islâmico, a qual já foi mencionada por outros pensadores liberais islâmicos.

Crise de identidade da Europa

Perante esta observação, o moderador adverte que o próprio Corão convida igualmente a uma leitura integrista e alude ao estatuto da mulher... Embora Meddeb observe que também na Bíblia se alude a um estatuto similar da mulher, afirma que o problema está no facto de os muçulmanos lerem ainda o Corão dentro do contexto patriarcal, do tempo das revelações, isto é, o século VII. E acrescenta que uma parte do Corão está obsoleta, pelo que se deve ter em conta uma crítica histórica – uma hermenêutica – no quadro do senso comum. Ramadan não concorda e depois de citar tradições cristãs e budistas que, na sua opinião, partem de textos que hoje podem parecer chocantes, acha que também o Islão teve interpretações ao longo da história, evitando a observação de Meddeb.

Concluindo, após uma alusão à homossexualidade e à lapidação dos adúlteros disposta pelo Islão como algo contrário à civilização, Ramadan refere-se à crise de identidade da Europa, provocada pela mundialização e que explica, na sua opinião, a crispação francesa diante de signos islâmicos como a burka ou os minaretes. E Meddeb conclui provocador, que se devia ensinar Voltaire nas escolas islâmicas, para descobrir alguns enganos históricos e desmontar o fanatismo islâmico.

M. C.